



## A mulher e o sistema capitalista: um diálogo das obras *Calibã e a Bruxa* e *O Conto da Aia*

The woman and the capitalism:  
a dialogue between the books *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive  
Accumulation* and *The Handmaid's Tale*

Ana Paula Ferreira <sup>1</sup>  
Fernanda Mendes Resende <sup>2</sup>  
Maria Cláudia da C. F. S. D'A. de Andrades <sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo faz um diálogo entre duas obras, uma teórica, de Silvia Federici (2017), e outra literária, de Margaret Atwood (2017), mostrando os caminhos que o capitalismo define para a mulher, entre o extermínio e o controle de corpos. Para esse comparativo, há um breve histórico do capitalismo e sua problematização em relação a gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capitalismo. Mulheres. Igreja. Estado. Violências.

### ABSTRACT

This article creates a dialogue between two works, one theoretical, by Silvia Federici (2017), and the other literary, by Margaret Atwood (2017), showing the paths that capitalism defines for women, between extermination and control of bodies. For this comparison, there is a brief history of capitalism and its problematization in relation to gender.

**KEYWORDS:** Capitalism. Women. Church. State. Violence.

\* \* \*

### Nascimento de uma economia, irmã do patriarcalismo

O patriarcalismo é anterior ao sistema capitalista e isso é evidenciado por Friedrich Engels (2019) em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

<sup>1</sup> Pedagoga, Especialista em História Contemporânea (PUC), Mestre em Educação (UNIFAL), Supervisora pedagógica da rede estadual e membro do Coletivo Educação e do Coletivo Feminista Mulheres Pela Democracia. E-mail: [anapaulakarenina@yahoo.com.br](mailto:anapaulakarenina@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Psicóloga, Mestre em Educação pela UFMG e Doutora em Educação pela USP. Professora do Curso de Psicologia da PUC Minas campus Poços de Caldas. Membro do Coletivo Educação. E-mail: [fernandamendesresende@gmail.com](mailto:fernandamendesresende@gmail.com)

<sup>3</sup> Advogada, Graduada em Ciências Jurídicas (UNIFEOP) e Ciências Sociais (UNIFEOP), membro do Coletivo Feminista Mulheres Pela Democracia. E-mail: [mariaclaudiadarcadia@gmail.com](mailto:mariaclaudiadarcadia@gmail.com). Orcid: [0000-0002-5148-4426](https://orcid.org/0000-0002-5148-4426)

Segundo o autor, nas sociedades primitivas havia uma organização matriarcal, pautada na poliandria e descendência matrilinear. Contudo, a partir da criação do gado e da agricultura foi necessário demarcar as propriedades. A imagem do pai como o provedor, aquele que gera riqueza, possibilitou uma mudança na concepção de família, na qual mulher, filhos e escravos lhe deveriam obediência e subordinação. A filiação, que antes era baseada na ascendência materna, passa a ser de direito do pai, cabendo à mulher a monogamia, de modo que o marido pudesse se certificar de que seus herdeiros eram seus filhos e, conseqüentemente, transmitir a propriedade privada.

Nesse modelo de família, o poder concentrava-se na figura do homem, cabendo-lhe inclusive, a decisão sobre a vida e morte de todos os outros membros da família. Essa relação de chefia e de mando na família patriarcal é muito bem representada nas palavras de Gavino Ledda: “Pai, patriarca, padrinho, patrão, Pai Eterno, patrono” (1975)<sup>4</sup>, evidenciando a relação semântica entre elas, em poderes concentrados nas mãos masculinas seja na família, no controle econômico, religioso ou Estatal.

Seguindo a linha etimológica, é interessante observar que a origem da palavra ‘capital’ advém de *caput*, que em latim significa ‘cabeça’, para se referir à cabeça de gado (LEVY, 2005). Por isso, é comum, nas passagens bíblicas, haver referência de que o patriarca tinha capital, pois significava que tinha muito gado. A principal característica de capital é a capacidade de reprodução, de produzir filhotes, e não é sem razão que as mulheres também foram consideradas como capitais, fontes de riqueza ao terem a possibilidade de gerar mão de obra.

Embora a origem do patriarcalismo esteja estreitamente ligada à propriedade privada, e o capitalismo também faça defesa dessa propriedade, apenas vem a surgir enquanto sistema econômico no período da Baixa Idade Média. De acordo com Federici (2017), a ordem capitalista não ocorreu simplesmente de uma nova divisão do trabalho no período de fim do feudalismo. Ocorre que, para haver um novo modelo de racionalização do trabalho dividido em burguesia e proletariado, o primeiro passo foi a separação dos trabalhadores de seus meios de produção. O camponês foi retirado da terra, o artesão da oficina, o indígena de sua cultura, criando uma enorme massa de indigentes, forçando-os a trabalhar por um preço ínfimo. A expulsão de trabalhadores registrou um ciclo de empobrecimento, perseguição, migração, criminalização daqueles

---

<sup>4</sup> O escritor Gavino Ledda consagrou-se com a obra ‘Pai Patrão’ (1975) que ganhou projeção no filme homônimo dos irmãos Taviani, em 1977. Essa autobiografia italiana se passa em meados do século XX e relata que, desde a infância, Gavino foi proibido de frequentar a escola para atender às ordens de seu pai, dedicando-se exclusivamente ao trabalho rural. Apenas consegue superar a opressão em que vivia quando volta aos estudos, interessando-se por glotologia.

que resistiam e, ainda, a intensificação da violência contra a mulher (FEDERICI, 2017). Não seriam mais servos de um senhor e teriam a ‘liberdade’ de vender a força de trabalho pelo período e preço negociados.

Assim, para haver acúmulo de riquezas, a estratégia foi baratear o custo do trabalhador, seja através de um salário de extrema pobreza, como no caso do trabalhador europeu dos séculos XV a XVIII, ou escravizando negros e indígenas no Novo Mundo. Num contexto sem o uso maciço de máquinas, a força de trabalho é o que faria concentrar grandes riquezas em um pequeno espaço de tempo, e explorar o trabalhador seria a forma de propiciar esse acúmulo.

Essa concentração de capital é denominada por Marx como acumulação primitiva (FEDERICI, 2017). Sua concretização seria possível mediante três estratégias. A primeira, o empobrecimento dos trabalhadores que foram separados de seus meios de produção (terra, utensílios agrícolas, artesanato). Enquanto os pequenos proprietários vendiam para o abastecimento local, os grandes proprietários de terra aumentavam suas riquezas com a usura e o comércio em larga escala, tomando as terras dos camponeses que viessem a contrair dívidas. A segunda, a utilização da mão de obra indígena ou negra, na exploração de produtos no Novo Mundo, valendo-se de trabalho escravo para uma exploração ainda maior dos recursos. E a terceira, a desarticulação dos trabalhadores criando uma divisão entre eles, tanto racista como sexista. O capitalismo conseguiu acumular riquezas no trabalho morto, ou seja, apropriando-se de bens alheios, e no trabalho vivo, com base na violência, sangue e suor de uma grande quantidade de marginalizados sociais.

Em se tratando da primeira estratégia,

Na Europa, a privatização da terra começou no final do século XV, coincidindo com a expansão colonial. Ela assumiu formas diferentes: despejo de inquilinos, aumento de aluguel e impostos elevados por parte do Estado, o que levou ao endividamento e à venda de terras. (FEDERICI, 2017, p. 130).

Quando o artesão tinha sua própria oficina, era dono de seus meios de produção e conseguia fazer seu próprio produto. Porém, com o crescimento das fábricas, não conseguiu concorrer, muitas vezes, endividou-se e perdeu seus meios de produção, restando-lhe apenas vender sua capacidade laborativa e seu conhecimento. O mesmo aconteceu com o camponês que foi expulso das terras. Criou-se uma grande massa de proletários que vendem a força de trabalho e ela se torna mercadoria, pois é paga com dinheiro. Qual é esse salário? Em se tratando da classe operária, ele é suficiente apenas

para subsistência do trabalhador, ou seja, para ele voltar no outro dia e continuar desempenhando seu ofício; o suficiente para comer, dormir, vestir e continuar vivo.

Ora, se o trabalhador é pago apenas para sua subsistência, suponhamos que ao trabalhar quatro horas ele já consiga atingir esse valor de seu salário. Entretanto, ele trabalha oito horas, ou seja, todo dia as quatro horas excedentes são transformadas em valor que ele produziu para o capitalista, mas não as está recebendo. Esse quantitativo excedente que é a mais-valia, a mola propulsora do sistema capitalista (LENIN, 2006).

As primeiras indústrias eram caseiras, ainda no período anterior à Revolução Industrial. Se antes havia as oficinas de artesanato, nas quais todo o processo era feito pelo artesão que compreendia do início ao fim a elaboração do produto, nessas indústrias domésticas, ocorria uma divisão do trabalho na qual uma pessoa fazia, por exemplo, a fiação, a outra a tecelagem e a outra o acabamento. O processo era algo no interior de uma família, com a renda dividida entre os membros, agora, o proprietário era um mercador dono das máquinas e da matéria-prima, que se incumbia de vender o produto. Marx denominou essa fase como manufatura (CATANI, 1984). A produção nessa fase ainda não estava concentrada, mas sim dispersa em diversas cidades e subúrbios, e o capitalista, na figura do mercador, não impunha seu ritmo de trabalho ao trabalhador que tinha pequena margem de independência.

As máquinas de tear foram aperfeiçoadas e ficaram caras para a população adquiri-las. Tornou-se fácil que os capitalistas comprassem esse maquinário e os dispusesse em suas propriedades, ao invés de conceder que ficasse na área doméstica do trabalhador. Assim, desempenhariam também mais controle sobre o trabalho realizado. Portanto, observam-se duas marcas fortes do capitalismo: a defesa da propriedade privada e o controle de corpos para que minimamente houvesse a submissão dos rebeldes ou, até mesmo, sua execução, servindo de exemplo a tantos outros.

Nesse cenário, a situação da mulher se agrava. Diante da defesa da propriedade privada no ditame do capital, e sendo a mulher ‘uma fábrica’ de novos seres humanos, ela precisava ser controlada por homens. Endossava-se a ideia entre a classe trabalhadora de que a mulher é inferior e, tal qual o rei, que precisa se impor perante o povo e fazer cumprir a lei, o marido tinha que se colocar como autoridade e se fazer respeitar pela mulher, pelo uso da palavra ou da força física. Na ausência de entendimento de que todos pertenciam ao grupo dos excluídos, e diante de uma solidariedade mais frágil entre homens e mulheres, não era possível arar o terreno por mudanças contra os que detinham o poder.

Cabe ressaltar que, em qualquer período da globalização, elementos de acumulação primitiva de capital são resgatados. Ou seja, não importa o período, para expandir setores econômicos há expulsão de camponeses, violência, saque, especulação e, obviamente, degradação das mulheres (FEDERICI, 2017). Duas instituições foram fundamentais para que a economia capitalista se afirmasse: o Estado, no seu papel repressor e de controle, e a Igreja, assumindo o protagonismo ideológico, de formação de outra mentalidade.

Concorda-se com Althusser (1985) que o objetivo do Estado se assenta no controle da insubordinação, na formação de uma população ordeira e passiva e isso ocorre mediante a concentração de um violência institucionalizada (aparelhos repressivos do Estado) e na disseminação de valores, condutas, projeções alinhadas a valorização do mercado e obediência civil (aparelhos ideológicos do Estado). Dentre as instituições que cumprem esse papel de inculcação ideológica estão as escolas, sindicatos, partidos políticos e a Igreja. É de se notar que, embora haja uma diferença entre ambos os aparelhos devido à prevalência massiva ou da violência ou da ideologia, na concretude, tanto uma quanto a outra estão presentes em todos aparelhos, e o que vai diferenciar é a intensidade de uma delas.

Nesse texto, com vistas a um entendimento do impacto do Estado e da Igreja no controle do corpo feminino, haverá didaticamente essa separação entre repressão e ideologia, não deixando de lado a perspectiva de que as duas coisas participam dessas duas esferas.

### **Pilar repressor: Contribuição do Estado**

A partir do século XIII, inicia-se uma grande convulsão de revoltas do campesinato na Europa em prol de menos trabalho e mais liberdade (FEDERICI, 2017). Rejeitavam a servidão, propunham redução dos dízimos, solicitavam o direito das terras comunais. Os mais tímidos agiam com descaso nos dias que precisavam trabalhar nas terras do senhor feudal. Os mais astutos invadiam os castelos, matavam os administradores, exigiam a diminuição de tributos ou fugiam para os vilarejos. Era mais fácil a união entre trabalhadores do campo e da cidade, porque eram governados pelo mesmo senhor, e muitos que trabalhavam na cidade mantinham seu vínculo com o trabalho no campo. Isso incomodava os donos de terra e a incipiente burguesia.

Após a Peste Negra, as autoridades começam a refletir sobre o risco de não se fazer um controle demográfico. Isso porque quando a peste negra se espalhou no século

XIV, levou à morte em torno de 30% da população europeia trazendo grandes consequências para a vida social. Uma delas é que a população, em sua maioria, sabendo do risco iminente de morte, não fazia questão de trabalhar ou de cumprir os tratados com os senhores feudais. Ao diminuir a quantidade de trabalhadores nos campos, as plantações estragavam e, para evitar prejuízos maiores, o valor da mão de obra subiu e o preço do alimento diminuiu.

Já no século XV, camponeses e artesãos se uniam em revoltas constantes. O alto clero, senhores feudais e burgueses organizaram um movimento contrarrevolucionário, e a primeira medida foi a instauração de Estados absolutistas que pudessem controlar as insurgências. O domínio do Estado sobre os trabalhadores se fazia utilizando-se de elementos repressivos: o controle por via da violência, a força da lei, a aliança com a burguesia e a expansão da ideia de dividir para conquistar.

O Estado, junto a ricos investidores que pagavam mercenários, combateu duramente o movimento dos trabalhadores, deixando vilarejos inteiros cobertos por cadáveres, destruindo casas de camponeses que tinham direitos consuetudinários, acabando com o uso comunitário das terras comunais, cercando a terra. No processo de cercamento, alegavam que seria para aumentar a eficiência da terra. Realmente, a produção aumentou, mas foi direcionada para o mercado externo, o que encareceu o produto no mercado interno. A comercialização da agricultura veio de mãos dadas com um período de fome, tendo em vista o preço alto dos alimentos.

Se, antes, a propriedade coletiva era usufruída por vários camponeses, a especulação obrigou os grupos de produtores a venderem suas terras. Dessa maneira, o que era de uso comum, onde todos poderiam desfrutar para a caça, criação de peixes em açudes ou extração de lenha, agora era terra de único proprietário, de acesso restrito. Os espaços comuns de subsistência eram, também, espaços para reuniões e deliberações, espaço de sociabilidade:

Os campos comuns eram lugares onde se realizavam festivais populares e coletivos, como esportes, jogos e reuniões. Quando foram cercados, a sociabilidade que havia caracterizado a comunidade dos vilarejos foi gravemente debilitada. Entre os rituais que deixaram de existir estava a *rigationtide perambulation*, uma procissão anual entre os campos, com o objetivo de benzer os futuros cultivos, que não pode continuar a acontecer devido aos cercamentos. (UNDERDOWN *apud* FEDERICI, 2017,p. 138).

Para as mulheres, a questão da função social da terra era ainda mais importante, haja vista que, tendo menos poder em relação a ela, era a fonte de subsistência e de alguma autonomia e sociabilidade, sendo o centro de sua vida social com reuniões, trocas de notícias, conselhos e rodas próprias exercendo, ainda, autonomia em relação

aos homens. Sendo assim, para elas o efeito do cercamento foi uma avalanche de violências em observância ao fato de que seria mais difícil aderir ao nomadismo ou a vida tida como aventureira, em busca de trabalho e morada, por estarem mais vulneráveis à violência masculina, principalmente em um momento em que a misoginia estava crescendo e ficando mais escancarada (FEDERICI, 2017).

No feudo, havia a organização baseada na subsistência, ou seja, todo o trabalho contribuía para o sustento familiar, ou do grupo, e as mulheres trabalhavam tanto no campo quanto em casa e, ainda que houvesse uma sobrecarga, não havia desvalorização ou invisibilização desse trabalho.

No novo regime monetário, somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerado um trabalho. (FEDERICI, 2017,p. 145).

Afirma-se que a divisão sexual do trabalho era menos perceptível que nos primeiros raios do capitalismo, pois, se antes a mulher conseguia ter mais controle de seu corpo e da escolha de ter ou não filhos, no sistema capitalista, sob a demanda por mais trabalhadores, criou-se o ideário de mulher submissa, maternal e do lar como uma das condições extremamente necessárias para gerar mais mão de obra. Se a mulher, no patriarcalismo, já participava de um sistema de desigualdade de gênero, no capitalismo há novos controles e submissões que a diminuem ainda mais.

### **“O Conto da Aia” e “Calibã e a Bruxa”**

Os livros “O Conto da Aia” e “Calibã e a Bruxa” possuem semelhanças e convergências que serão exploradas ao longo desse texto. Contudo, cabe antes uma breve exposição das obras. A ficção distópica “O Conto da Aia” foi escrita em 1985 pela canadense Margaret Atwood e se passa na República de Gilead, um Estado teocrático e extremamente autoritário, cujos rebeldes são mortos ou enviados para campos de grande radiação. As aias são as poucas mulheres que ainda são capazes de engravidar e, portanto, a fim de reproduzirem filhos para a elite política e econômica, tornam-se empregadas sexuais. Gilead ocupa o espaço onde antes fora os Estados Unidos. Não se sabe qual o motivo de escolha desse espaço, mas, se o contexto influencia a escrita da obra, é possível ver sinais de convergência com a presidência de Ronald Reagan (1981-1989), que além de políticas públicas neoliberais, de desmobilização dos sindicatos, fazia crítica ácida em relação ao aborto e aos direitos

reprodutivos das mulheres. O livro foi transformado em série de TV em 2017, a qual adquire enorme notoriedade, talvez até mesmo por ser um ano em que assume a presidência Donald Trump, outro político que investe ataques aos movimentos feministas<sup>5</sup>. No site sobre a obra, ainda encontramos que Atwood se inspirou nos EUA do século XVII, na poligamia, na Romênia de Nicolae Ceaușescu (onde o nascimento de crianças era obrigatório) e no retrocesso contra o movimento feminista nos anos 1970 e 1980<sup>6</sup>.

“Calibã e a bruxa” (2017) por sua vez, é da historiadora, filósofa e feminista Silvia Federici. O título se refere a dois personagens da história “A tempestade” de Shakespeare. Calibã é um homem negro, compreendido como bárbaro, incivilizado, filho da bruxa Sycorax. A intenção de Federici em dar esses nomes ao livro é justamente focar o quanto que o capitalismo se valeu do racismo e da misoginia para se firmar. Para tanto, historiciza o início desse sistema econômico e a exploração do trabalho feminino, do trabalho negro e indígena dentro do processo de acumulação primitiva (PIRES, 2019).

A atividade reprodutiva foi invisibilizada como forma de acumulação de capital. O capitalismo aumentaria seus lucros sobre a mais valia, pois quanto mais alguém o salário, maior seu lucro, quanto mais pessoas disputando a mesma vaga de emprego, mais barato seria o valor de cada trabalhador no mercado de trabalho. Ora, quem poderia aumentar a população ao ponto de criar um exército de reserva seria a mulher. Mas, ao invés de ser beneficiada para cumprir esse objetivo, pelo contrário, sua sujeição cada vez maior ao ambiente privado e a maternidade aumentou a sua dependência econômica, contribuindo para que empregadores pagassem salários ínfimos para realização dos trabalhos, seja quando assumiam postos de cozinheiras, lavadeiras, costureiras, dentre outros. O resultado: pobreza crônica, dependência econômica e invisibilidade enquanto trabalhadoras.

Na literatura romanesca *O Conto da Aia* (ATWOOD, 1985), isso é perceptível através do Estado teocrático e totalitário da República de Gilead. Retrata um futuro sombrio no qual boa parte da população é infértil e, visando ao aumento populacional, o governo aprisiona as mulheres propícias a engravidar, mata os rebeldes, controla o uso dos vestuários, as saídas e todo movimento dos cidadãos. Essas mulheres, chamadas de aias, são despedidas de seus antigos trabalhos, arrancadas de suas famílias, seus nomes alterados, e após uma forte investida repressiva na sua formação como parideiras, são enviadas às casas de poderosos para que gerassem filhos para essa família.

---

<sup>5</sup> Essas informações estão no site da Editora Rocco: <https://www.rocco.com.br/livro/o-conto-da-aia/> .

<sup>6</sup> Ver <https://www.handmaidsbrasil.com/2017/09/12-fatos-sobre-handmaids-tale.html> .

Cabe observar que esse controle estatal não é realizado apenas quando o modelo de política é mais conservador e autoritário. A própria personagem Offred, narradora do livro, explica que, anterior à consolidação da República de Gilead, algumas mudanças se mostravam:

Nada muda instantaneamente: numa banheira que se aquece gradualmente você seria fervida até a morte antes de se dar conta. Havia matérias nos jornais, é claro. Corpos encontrados em valas ou na floresta, mortos a pauladas ou mutilados, que haviam sido submetidos a degradações, como costumavam dizer, mas essas matérias eram a respeito de outras mulheres, e os homens que faziam aquele tipo de coisas eram outros homens. Nenhum deles eram os homens que conhecíamos. (ATWOOD, 2017, p. 71).

Na Europa, no fim do século XV, em busca de encontrar mão de obra que ocupasse vagas ociosas, as autoridades políticas empregaram jovens rebeldes oferecendo, inclusive, vista grossa em relação aos crimes sexuais por estes cometidos, sem a menor intenção de dissimular. Ataques, vandalismo e conivência do Estado foram ingredientes que levaram ao fim da solidariedade e respeito entre as classes, conquistados na luta antifeudal. As mulheres vítimas desses ataques se viam desvalorizadas e negligenciadas pela sociedade, eram entregues à prostituição ou se viam obrigadas a abandonar a cidade:

A legalização do estupro criou um clima intensamente misógino que degradou todas as mulheres, qualquer que fosse sua classe. Também insensibilizou a população frente à violência contra as mulheres, preparando o terreno para a caça às bruxas que começaria neste mesmo período. (FEDERICI, 2017, p. 104).

Em *Calibã e a Bruxa*, Federici observa a transição para o capitalismo como fonte para a teoria feminista, uma vez que os apontamentos em relação à violenta intervenção estatal, seja nas questões produtivas ou nas reprodutivas, é evidente. Essa construção setoriza papéis entre homens e mulheres e deixa cristalinas as divisões de trabalho, ou seja, não deve ser tratado como questão de ordem meramente cultural, é também questão de classe.

Assim sendo, deve-se apontar que o capitalismo não evoluiu do feudalismo, ele foi resposta à ebulição antifeudal que levou ao que Federici (2017) chama de “uma grande sacudida mundial”. Dos senhores feudais aos bispos, o temor ao conflito era evidente, e assim surge gradualmente a contrarrevolução, o capitalismo, aniquilando qualquer possibilidade de uma alternativa de vida em coletivo.

A análise isolada da luta classista não permite o entendimento da evolução do capitalismo, isso porque o início de movimentos de mulheres, que pode ser encontrado na luta antifeudal, contribuía para um novo modelo de vida comunal: desafiava a

exploração sexual de dominação de trabalho, visando a relações mais igualitárias. Ou seja, havia a recusa de trabalho servil e apresentava alternativa ao novo modelo que avizinhava: sem acúmulo de riqueza e recusa às hierarquias e autoritarismo (FEDERICI, 2017).

Esse controle das lutas populares foi uma constante no Estado Nacional de países capitalistas, ora com mais truculência, ora em formato de diálogo com as classes trabalhadoras, buscando atendê-las em algumas demandas, desde que não comprometesse os interesses do capital. Federici (2017) mostra que esse domínio do Estado, no início da Idade Moderna, era investido inclusive em cerimônias, cultos e festas, tentando contê-las, levando em conta que qualquer foco de aglomeração poderia ser um incipiente manifesto popular.

Enquanto na formação do capitalismo havia uma repressão à participação na vida pública, a vida privada era incentivada. Na Idade Média, o trabalho feminino no campo ou meio doméstico não era desvalorizado e nem tampouco sua sobrevivência dependeria da figura masculina, haja vista que a propriedade era tida como pertence da família. A partir do século XIV é possível observar que “nas cidades medievais, as mulheres trabalhavam como ferreiras, açougueiras, padeiras, candeleiras, chapeleiras, cervejeiras, cardadeiras de lã e comerciantes” (FEDERICI, 2017, p.64), e muitas atividades como lavar, fiar, cuidar dos animais eram realizadas na presença de outras mulheres e, portanto, aumentava a solidariedade entre elas.

No capitalismo, o quantitativo populacional é fator decisivo para riqueza de uma nação e, por isso, essas mulheres são subtraídas da força de trabalho produtivo. Em termos de políticas públicas, penaliza-se o celibato e bonifica-se o casamento, o Estado controla a sexualidade não reprodutiva, condenando o controle de natalidade, o aborto, o infanticídio e a sodomia.

No período da Idade Média, as mulheres tinham papel central na contracepção, nos nascimentos e no conhecimento de ervas e plantas medicinais. Eram curandeiras, benzedoras, parteiras. A partir da Idade Moderna a lógica dos partos foi modificada, pois diante de qualquer complicação, passou-se a salvar a vida do filho e não mais da mãe; as parteiras se tornaram, cada vez mais marginalizadas do processo, abrindo, portanto, espaço para médicos no controle dos corpos das mulheres: “seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista.” (FEDERICI, 2017, p. 178).

Mas, mesmo depois – e até o presente, o Estado não poupou esforços na sua tentativa de arrancar das mãos femininas o controle da reprodução e da determinação sobre onde, quando ou que quantidade as crianças deveriam nascer. Como resultado, as mulheres foram forçadas frequentemente a procriar contra a sua vontade, experimentando uma alienação de seus corpos, de seu ‘trabalho’ e até mesmo de seus filhos mais profunda que a experimentada por qualquer outro trabalhador. (FEDERICI, 2017, p. 180).

Nesse controle do corpo, as mulheres perderam empregos que tradicionalmente haviam adquirido. Não tiveram o apoio de homens de sua classe social, pelo contrário. Muitos artesãos, percebendo que a mulher era contratada por um valor menor, investiram ataques à contratação e receberam incentivo do Estado, que também acreditava na importância da mulher destinada ao lar. Se na Idade Média as mulheres tinham maiores oportunidades de renda, na Idade Moderna passam a ter um leque escasso de escolhas profissionais, e suas ocupações são prioritariamente ligadas ao serviço de casa ou aos cuidados, seja como empregadas domésticas, fiandeiras, bordadeiras, vendedoras ambulantes ou amas de leite.

Esta foi uma derrota histórica para as mulheres. Com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminizada. Para colocar em prática a ‘apropriação primitiva’ dos homens sobre o trabalho feminino, foi construída uma nova ordem patriarcal, reduzindo as mulheres a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos homens. (FEDERICI, 2017, p. 191).

Se antes as relações sociais estavam mais pautadas dentro de um sentido comunitário, no capitalismo a ênfase é no núcleo familiar. Cada família funcionaria como uma célula do Estado, sendo o homem a autoridade, e esposa e filhos seus subordinados. Embora algumas mulheres trabalhassem nas atividades descritas acima, seu salário era controlado pelo marido. Era muito comum também toda uma família se dedicar ao trabalho no tear, mas a renda ser paga como se apenas o pai tivesse realizado as funções.

Combinado a essa erosão de possibilidades sociais e trabalhistas, a mulher também perdeu direitos legais. Durante os séculos XVI e XVIII, foram redigidas inúmeras leis que tratavam a mulher como se fosse cidadã de menor competência intelectual, necessitando do controle masculino. Junto a isso, cresceu o estereótipo do que é ser homem e do que é ser mulher, associando-se ao primeiro às qualidades de racionalidade, inteligência, bom senso, enquanto a mulher era representada como frágil, emocionalmente desequilibrada, luxuriosa.

Da mesma forma que o corpo feminino era controlado e hostilizado, a mesma égide se aplicou aos indígenas e aos africanos trazidos forçosamente a trabalhar nas *plantations* do Novo Mundo, conforme aponta Federici (2017). Essas plantações foram

um rascunho para o capitalismo global, pois utilizava-se da divisão do trabalho em escala internacional, numa produção destinada ao mercado externo e geradora de uma acumulação primitiva. Com receio de levantes, da mesma forma que havia colocado em hierarquias o proletariado europeu dividido por gênero, a elite diluiu os trabalhadores na América de acordo com a questão étnica. No estado norte-americano de Virgínia, em 1675, houve uma rebelião entre servos negros e brancos contra seus senhores. A solução foi fragmentá-los e, a partir de 1640, servos brancos possuíam mais direitos, tais como porte de arma, enquanto os negros não poderiam se casar com brancos, era autorizado que fossem espancados e seus descendentes também seriam escravizados (FEDERICI, 2017, p. 213).

Essa fragmentação entre pessoas que participam do mesmo grupo de oprimidos é exposta no romance de Atwood (2017). Aliás, cabe frisar que tanto no romance, quanto na sociedade real, as mulheres ocupam funções subalternas e, quando se destacam em cargos de liderança, possuem, na maioria das vezes, o discurso do opressor. No livro da escritora canadense, embora as aias sejam as mais violentadas em seus direitos, várias mulheres participam desse ciclo de violência. As empregadas domésticas, denominadas de *Marthas*, possuíam liberdade restrita e esgotavam sua força de trabalho na casa dos patrões; e as rebeldes eram obrigadas a serviço forçado nos campos, onde a radiação seria mortal. A segmentação contribuía para a fragilidade de vínculos, diante de um esgotamento de relações sociais. O medo reforçava o jugo.

Ou eu ajudaria Rita a fazer o pão, mergulhando as mãos naquele calor existente e suave que se parece tanto com o de nossa carne. Anseio por tocar alguma coisa, que não seja pano ou madeira. Anseio por cometer o ato do toque. Mas mesmo se eu pedisse, mesmo se eu violasse o decoro a esse ponto, Rita não permitiria. Ela teria medo demais. As *Marthas* não devem confraternizar conosco. *Confraternizar significa comportar-se como um irmão.* (ATWOOD, 2017, p. 20, grifos nossos).

Na América Latina, esse cenário atroz do livro *O Conto da Aia* era presente no período da colonização e traz esse impacto até hoje, em grupos étnicos que são mais marginalizados historicamente do que outros. Em se tratando das negras escravizadas que trabalhavam nas colônias americanas portuguesas, o destino ainda era mais cruel, pois eram violentadas pelos seus senhores, e depois seus filhos eram vendidos em leilão (FEDERICI, 2017). Além disso, suscitavam ciúmes nas sinhás e baronesas brancas que agiam com violência ao notarem o marido atraído pela escravizada. Essas senhoras, gozando de prestígio social, mandavam arrancar os olhos, cortar os peitos, queimar o rosto, ou vender as negras para algum velho fazendeiro (FREYRE, 2004). As aias da obra literária tinham o mesmo princípio: gerar filhos que, ao nascerem não seriam mais

seus. Caso desobedecessem, a senhora da casa teria pleno direito de humilhá-la, agredi-la ou expulsá-la. Entre a arte e a realidade, há pontos de conexão para entendimento desse mundo patriarcal e violento, principalmente com as minorias sociais.

É interessante perceber que o local para onde enviavam os rebeldes no livro *O Conto da Aia* era chamado de “Colônia”. Tratava-se de uma área em que as pessoas faziam limpeza do lixo tóxico industrial depositado ali. Devido à alta exposição à radiação, homens e mulheres ficavam parecidos com cadáveres, com o tempo de vida limitado, em média, a três anos.

Federici (2017) narra que as metrópoles se beneficiaram dos saques das colônias e acumularam riquezas que lhes possibilitaram expansão de seus territórios e seu poder, enquanto indígenas e afro-americanos também tinham tempo de vida reduzido, devido ao intenso trabalho forçado, violência física e maus tratos. De acordo com Catani (1984), no capitalismo internacional há a demarcação de quais países serão estratégicos nas jogadas de xadrez político e econômico, e outros que seguirão como colônias, exercendo a função de meros peões, com uma população significativa abaixo da linha da miséria, trabalhadores com formação precária e que exercem atividades em locais insalubres.

Assim, se economia colonial e economia metropolitana são faces da mesma moeda, empresa colonial e manufatura também são. Na metrópole, a libertação do trabalho, o trabalho assalariado; na colônia, a ‘reinvenção’ de formas de relações sociais pré-capitalistas. Progresso e, ao mesmo tempo, aparente retrocesso – aparente porque constitui-se em ingrediente indispensável ao progresso. (CATANI, 1984, p. 66).

Nas Colônias da fictícia República de Gillead, eram enviados tanto os “incorrigíveis” quanto mulheres estereis e idosas, as que não podiam mais produzir filhos. Federici (2017) coloca que no período de caça às bruxas (século XV a século XVIII), a maioria das acusadas eram idosas mendigas, mulheres que ainda tinham na memória a vida comunal, e todas as desgraças advindas com a privatização da terra e expulsão dos camponeses do campo. Além das velhas mulheres, a maioria também era pobre, ou seja, mulheres que dificilmente teriam algum tipo de proteção de alguém. Um dado curioso é que a maior parte de acusação por bruxaria se deu em áreas onde houve maior cercamento e a perda de direitos consuetudinários. Outro fato: o número de

perseguições por bruxaria aumentava conforme aumentava o número de revoltas populares contra a Revolução dos preços.<sup>7</sup>

A coincidência entre crise socioeconômica e caça às bruxas foi apontada por Henry Kamen em 1972, que observou que foi “exatamente no período de aumento de preços mais importante (entre o final do século XVI e a primeira metade do século XVIII) que houve o maior número de acusações e perseguições” (KAMEN *apud* FEDERICI, 2017, p.314).

É curioso notar as várias formas de cercamento de que o capitalismo se utilizou para enfraquecer as lutas sociais. Cercou terras e daí controlou os camponeses, fez o cercamento social quando aboliu festas e espaços comunais, cercou o conhecimento impedindo que mulheres se utilizassem da sabedoria popular para não gerarem filhos e proibindo-as de frequentar a escola, cercou o próprio corpo do trabalhador com o processo de autocontrole e de autodisciplina, e no caso da mulher esse processo foi ainda pior, pois foi tratada como fábrica de reprodução, alheia ao seu próprio corpo. A violência do capitalismo é brutal: quando não mata, cerceia a oportunidade de riqueza, o convívio social, o acesso ao conhecimento e a si mesmo. Isso tudo com o aparato repressor do Estado.

Cercear socialmente significava manter a mão de obra disciplinada, obrigando a ter uma relação mais produtiva com seu tempo livre através de leis e de procedimentos repressores. A Igreja rapidamente aderiu, levando para o privado a relação com Deus, afastando, portanto, qualquer possibilidade de evento comum (FEDERICI, 2017).

### **Pilar ideológico: Papel da Igreja**

No final da Idade Média, além de rebeliões que questionavam os tributos dos senhores feudais, somavam-se as rebeliões organizadas por hereges que denunciavam a riqueza da Igreja frente a um Cristo que não tinha propriedades. Além de duvidarem da sacralidade da religião cristã em se enriquecer cobrando todos os sacramentos os camponeses defendiam o uso comunitário da terra. Entre os adeptos do movimento herético, mulheres e homens eram tratados em pé de igualdade, viviam juntos em comunidades e mulheres podiam pregar, batizar e ministrar casamentos. A Igreja buscava combater, classificando como bruxaria qualquer ato de insubordinação e se valia da morte em fogueira para punir milhares de mulheres, que foram “torturadas e

---

<sup>7</sup> Revolução dos preços refere-se ao processo inflacionário na Europa ocidental entre a segunda metade do século XV e primeira metade do século XVI que provocou um aumento de seis vezes no valor das mercadorias. O conceito foi cunhado por Earl Haminton na obra *El tesoro americano y la revolución de los precios em España*, de 1934.

mortas em plena Idade Moderna, sob a égide do Iluminismo, época caracterizada como pautada na racionalidade.

É bem consagrado que a ‘supersticiosa’ Idade Média não perseguiu nenhuma bruxa – o próprio conceito de ‘bruxaria’ não tomou forma até a Baixa Idade Média, e nunca houve julgamentos e execuções massivas durante a ‘Idade das Trevas’, apesar de a magia ter impregnado a vida cotidiana e, desde o Império Romano tardio, ter sido temida pela classe dominante como ferramenta de insubordinação entre os escravos. (FEDERICI, 2017, p. 295).

Não era necessário se comprovar o relato de bruxaria. Foi num período de revoltas populares e crise feudal que os primeiros casos de bruxaria foram julgados. Segundo Federici (2017), autoridades iam de aldeia em aldeia fazendo um doutrinamento para que as pessoas se amedrontassem, conseguissem reconhecer os sinais de bruxaria e por fim, denunciasses seus pares. Havia artistas que encenavam as acusações, demonólogos que descreviam os “fatos”, filósofos, tal como Thomas Hobbes (1588-1679) que apoiavam a perseguição como forma de controle social e das superstições. Foi nesse palco que a Igreja forneceu seu arcabouço proveniente das Santas Inquisições e o Estado levava adiante as execuções em locais públicos, como sinal de alerta aos demais que assistiam.

A identificação da mulher como bruxa poderia ser por diversas características: pelo perfil subversivo de participar das revoltas; a mulher que tinha relações fora do matrimônio; a parteira ou a curandeira que ajudavam na divulgação de métodos contraceptivos e do aborto. Isso porque a segmentação da classe trabalhadora foi sem dúvida uma divisão também sexista. Evitava-se que mulher tivesse atividade remunerada e, quando tinham, era por um valor bem menor do que pago ao homem. A preocupação era que reproduzissem a força de trabalho, enquanto o homem produzia a acumulação de riquezas. Reprodução e produção andavam juntas, porém uma não era remunerada, a outra, sim (FEDERICI, 2017).

No livro *O Conto da Aia*, o aborto também é punido com morte. Em se tratando de mulheres que ainda poderiam gerar filhos, eram pressionadas psicologicamente para delatarem colegas que optassem por essa estratégia contraceptiva. No caso de médicos que contribuíssem com o aborto, eram mortos, suas cabeças encapuzadas e seus corpos expostos num grande Muro, com objetivo de causar o medo dos transeuntes e a intimidação a qualquer fagulha de insubordinação.

Cada um tem um cartaz pendurado ao pescoço para mostrar por que foi executado: um desenho de um feto humano. Eles eram médicos, então, no tempo de antes, quando coisas desse tipo eram legais. (...) Esses homens, disseram-nos, são como criminosos de guerra. Não é desculpa o fato de que

o que fizeram fosse legal na época. Cometeram atrocidades e devem ser transformados em exemplos, para os outros. (ATWOOD, 2017, p. 45).

A intensificação da caçada às bruxas foi fundamental para a concretização do capitalismo, seja na expansão de projetos coloniais e de ocupação, seja para tomada de terras do campesinato. A legalização do estupro, bem como a vista grossa tanto do Estado, quanto das Igrejas em relação às violências sofridas pelas mulheres, levou à naturalização de qualquer ato misógino, degradando, portanto, todas as mulheres, não importando sua origem. E como a solidariedade entre mulheres já não era mais bem vista, o terreno estava muito mais que preparado para a caça às bruxas. Neste momento, Federici (2017) e Atwood (2017) se encontram em: “Nada muda instantaneamente: numa banheira que se aquece gradualmente você seria fervida até a morte antes de se dar conta” (ATWOOD, 2017, p. 71).

A exposição da tortura e da punição em praça pública foi uma realidade cruel com vistas a inibir qualquer ato de discordância por parte da população. As acusadas de “desbocadas” exibiam uma focinheira pelas ruas, e as prostitutas eram flageladas. Ocorreu assim na utilização do açoite aos negros subversivos nas Colônias e foi o mesmo com mulheres que, ao serem acusadas de bruxaria, eram despidas, estupradas, torturadas e queimadas vivas em fogueiras. Mulheres que mantinham vínculos entre si eram também objeto de suspeita e, por isso, a solidariedade entre mulheres ficava cada vez menor. De acordo com Federici (2017), várias declarações, inclusive de líderes religiosos como Martinho Lutero (1483-1546), associavam que o corpo feminino era mais suscetível a receber a dominação do demônio.

As mulheres, em plena Era da Razão na Europa, eram proibidas de se representarem sozinhas num tribunal, não puderam realizar atividades econômicas de forma autônoma. Enquanto homens possuíam plenos direitos políticos e econômicos a depender de sua classe social, mulheres estavam numa condição de subcidadania, pertencentes ou ao pai ou ao marido e não é sem razão que ainda hoje é comum acrescentarem o sobrenome do esposo, uma marca simbólica de um gênero sexual sobre o outro. Na República de Gilead, local onde se passa a história de ficção, a medida que a Aia muda de família, adota o nome do comandante acrescido do prefixo “of” que significa em inglês “de”, ou seja, propriedade, pertencente, proveniente.

Todos esses ataques à mulher foram permitidos pela Igreja, seja a Católica ou a Protestante, no período dos Estados Absolutistas, tratando a família como um ‘microestado’ ou ‘microigreja’, domínio do marido ou do senhor de escravos (FEDERICI, 2017). Na obra literária *O Conto da Aia*, o Estado Teocrático induzia os

Comandantes da República de Gilead a possuírem sua própria aia, com vistas a gerar um filho para sua família, diante da infertilidade atribuída a suas esposas. Amparavam-se inclusive no seguinte trecho da bíblia no dia do ritual:

Vendo, pois, Raquel que não dava filhos a Jacob, teve Raquel inveja da sua irmã, e disse a Jacob: Dá-me filhos, ou senão eu morro. Então se acendeu a ira de Jacob contra Raquel e disse: Estou eu no lugar de Deus, que te impediu o fruto de teu ventre? E ela lhe disse: Eis aqui a minha serva, Bilha; Entra nela para que tenha filhos sobre os meus joelhos, e eu, assim, receba filhos por ela. GÊNESIS, 30:1-3. (ATWOOD, 2017, s./p).

A caracterização ideológica da religião adquire também o peso repressivo tanto na configuração da economia capitalista, quanto na República fictícia de Gilead. Assim, como havia fogueiras públicas que queimaram milhares de mulheres na Europa; no Estado teocrático da obra distópica “O Conto da Aia”, mulheres são punidas em local público e sob um ritual chamado “salvamento”, cuja corda de enforcamento serpenteia toda a plateia, responsabilizando-a nessa condução, enfraquecendo laços de sororidade.

Da mesma forma que mulheres europeias foram mais julgadas em períodos de erupções sociais, no Novo Mundo, ameríndios foram condenados à fogueira como mecanismo de usurpação de suas terras e metais, sob justificativa de que praticavam canibalismo, magia, sodomia, nudismo. Havia a benção papal para a subjugação e a busca de uma cristianização de animais em seres de Deus. Tratavam os indígenas como bárbaros e bestas que precisavam ser domesticados, mas eram os europeus que investiam com violência truculenta, dizimando aldeias, estuprando indígenas, forçando que mudassem de nome, que se vestissem, que abandonassem seus deuses, que deixassem de praticar a poligamia. Federici aponta que “ironicamente, com a chegada dos espanhóis, ao mesmo tempo que as uniões poligâmicas eram dissolvidas, nenhuma mulher indígena se encontrava a salvo do estupro ou do rapto.” (2017, p.402), fato interessante de se observar porque, quando os índios passaram a adotar a monogamia, cresceu o número de abusos sexuais e de estupros.

Toda essa investidura trouxe também um controle da sexualidade feminina. Depois de séculos de propaganda contra as promíscuas e na construção de um ideário de mulher, esta foi, em muitas ocasiões, submetida à relação sexual sem, muitas vezes, se satisfazer com isso; no século XVIII a mulher já era representada como dócil, meiga e passiva. Por esse motivo, a caça às bruxas na Europa cessou no século XVIII porque, nesse período, já se vivia um contexto de segurança para a burguesia e o controle dos corpos já havia sido construído. Federici (2017) se utiliza do termo “biopoder”, de Foucault, para designar esse controle dos corpos. No romance de Atwood essa ideia está

imprensa, sobretudo, quando diz “A República de Gilead, dizia tia Lydia, não conhece fronteiras. Gilead está dentro de você.” (ATWOOD, 2017, p.34). É tão perversa a forma de dominação do comportamento que os indivíduos absorvem esse ideário, seja aceitando por concordância ou pela via do medo.

## **De Bruxa ou Aia para novos caminhos**

Ainda hoje, mulheres são queimadas em fogueiras e o período de “Caça às Bruxas” não se encerrou. As fogueiras são desde as simbólicas, como por exemplo, seu rebaixamento profissional, até as fogueiras visíveis da violência física que culmina em morte. A violência contra a mulher atinge níveis alarmantes, e é caso de saúde pública (GARBIN, 2006), e em se tratando de Brasil, no ano de 2016 a ONU declarou que é a quinta maior taxa de feminicídio do mundo (ONU, 2016). Quando se destaca não apenas a condição de gênero, mas também a questão étnica, tem-se um dado ainda mais perverso contra a mulher negra, que representa 74% da violência de gênero no Brasil e cuja objetificação do corpo é tamanha que também é a maior vítima de violência sexual (CARNEIRO, 2019).

Assim como a violência contra o corpo feminino cresceu diante do início e avanço do capitalismo, em momentos de crise econômica, a mira da agressão física ou simbólica volta-se novamente para a mulher. Com advento de uma globalização do capital cresce a feminização da pobreza (CARNEIRO, 2019), haja vista que são as mulheres que ocupam os trabalhos mais precarizados, estão distantes de cargos de liderança, e há um crescimento de famílias chefiadas apenas pela figura feminina.

Numa pesquisa do IBGE publicada em 2019 sobre a questão da inatividade com jovens de 15 a 29 anos, 66,8% das jovens negras e 58,6% das jovens brancas apontaram como justificativa para não trabalharem ou não estudarem os cuidados com crianças ou trabalho doméstico (TEIXEIRA, 2020). Ou seja, ao invés de se lançarem para o setor produtivo da sociedade, continuam na manutenção do sistema, na reprodução, sendo as mais exploradas por um trabalho não remunerado.

Junto à violência do Estado, segue a cristianização da esfera pública que chega a abusos de por exemplo uma criança violentada sexualmente ser impedida por alas religiosas de interromper uma gravidez que foi reflexo de um crime (PARADIS, 2020). Uma violência psicológica contra a vítima, que já tinha seu direito assegurado ao aborto, mas é tratada como se fosse a algoz, diante de um conservadorismo religioso e extremamente cruel.

A violência de gênero é decorrente da estrutura patriarcal, cuja organização situa a mulher como objeto do homem, seu parceiro ou ex-companheiro, ou em busca de silenciamento da sua voz, pois, se historicamente foi tratada como figura marginal, seu protagonismo é questionado. Ademais, a omissão do Estado em fiscalizar relações de trabalho, questões salariais e, inclusive, a recente reforma da previdência, fragiliza economicamente a mulher, levando-a ao ciclo de dependência e de vulnerabilidade econômica.

No caso de países subdesenvolvidos que contam com uma industrialização ainda rudimentar, a presença do trabalho feminino é mais notória não no processo produtivo, mas em outros ramos, tais como os serviços domésticos remunerados. De acordo com Saffioti (1976), a precarização do trabalho feminino é vista sob duas óticas: uma natural e outra social. Na perspectiva do empregador, a mulher deve ganhar menos, haja vista que no período final da maternidade até o puerpério ela diminui sua presença na empresa ou mesmo a agilidade no trabalho. Contra esse argumento, Saffioti (1976) salienta o papel imprescindível da mulher na preservação da humanidade e, logo, se está reproduzindo, não deve ser punida, mas sim, valorizada por gerar um ser humano para sociedade.

Na ótica social, justificam o baixo salário da mulher por ela se abster mais do cotidiano do trabalho do que o homem e, novamente, por conta de sua participação maior na vida familiar, afinal é notório que o papel de cuidador é exercido, em grande maioria, por mulheres. Outro ponto é utilizar peculiaridades como ciclo menstrual para justificar baixos salários. Nesse contexto, cólicas e menstruação diminuem produtividade: ao invés de assegurar qualidade de vida, penaliza. O Estado age de forma conivente com a exploração da mão de obra das mulheres e, se não bastasse, cobra dela a mesma carga tributária e, ainda, aumenta seu plano previdenciário.

Assim, fazem crer que as condições da mulher na família (reprodução e cuidado dos entes) lhes impacta, seja como trabalhadora ou na condição de inativa. Contudo, quando os governos precisaram colocar as mulheres em postos de trabalho porque os homens estavam na guerra, oportunizaram horários maleáveis para empregarem as mulheres que tivessem filhos. Dessa forma, é possível presumir que a economia e políticas públicas poderiam criar mecanismos para empregar essas mulheres de modo que não as onerassem com dupla jornada.

Nessa mesma linha de defesa é que militantes e acadêmicas apregoam um movimento que seja feminista e revolucionário (FEDERICI, 2017; hooks, 2019; SAFFIOTI, 1976). Não bastam conquistas de maior liberdade sexual, mais entrada no

mercado de trabalho, maior divisão das tarefas domésticas, disponibilidade de métodos contraceptivos ou tantas outras mudanças advindas com a chamada segunda onda do feminismo<sup>8</sup> (hooks, 2019). É imprescindível romper com o patriarcado e com o capitalismo, que ainda coloca a mulher em situações de empregos mal remunerados, com carga horária extensa que lhes retira a possibilidade de maior atenção aos cuidados com os filhos e a família. hooks – entre outras autoras – aponta, ainda, para a importância dos estudos do feminismo negro.

Como exposto, o capitalismo se movimenta sobre a mais-valia gerada pelo trabalho da classe trabalhadora. Levando em consideração que a mulher exerce a mesma função que o homem e tem salário inferior, o capitalista tem com o emprego de mão de obra feminina uma geração maior de mais-valia. Por isso, feminismo é antagônico ao capitalismo. Se a mulher é a geradora de novos seres humanos que contribuirão com a sociedade, deve ser apoiada na sua reprodução e não penalizada por isso.

Em se tratando de políticas de Estado, isso poderia ser realizado mediante o pagamento por tarefas domésticas, levando-se em conta inclusive que o trabalho doméstico é uma atividade não paga, realizada principalmente por mulheres, no cuidado das crianças, dos idosos e na organização da casa. De acordo com o Relatório “Tempo de Cuidar”, da organização Oxfam, divulgado pela revista Carta Capital (GALVANI, 2020), se essas horas fossem contabilizadas seria uma média de 10 trilhões de dólares que não foram pagos.

Defendemos que a mulher não seja nem a bruxa, lançada na fogueira da violência, nem as personagens do livro *O Conto da Aia*, entregues somente a trabalhos reprodutivos ou de baixo prestígio sem o devido merecimento salarial. Para tanto, entendemos a necessidade de romper com o sistema capitalista que faz a cisão entre homens e mulheres, brancas e negras, europeus e povos colonizados, como um projeto proposital de desarticulação dos trabalhadores contra a desigualdade e a exploração. Enquanto houver capitalismo haverá trabalho doméstico e reprodutivo não remunerado, haverá subemprego sob justificativa de que são para os menos aptos, haverá um grupo pequeno de corporações que lucrarão de forma exorbitante enquanto a grande maioria da população não conseguirá se articular, porque a ideologia do colonizador ainda se mantém no colonizado.

## Referências

ATWOOD, Margaret. *O conto da Aia*. Trad. Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

---

<sup>8</sup> Movimento feminista que começou nos Estados Unidos nos anos de 1960 e teve repercussão mundial de mudanças culturais, sociais, políticas e econômicas para as mulheres.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

CATANI, Afrânio Mendes. *O que é capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984. Disponível em: <http://apca.com.br/wp-content/uploads/2020/10/Colecao-Primeiros-Passos-O-Que-e-Capitalismo.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2021.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, 2019.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa – mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal: apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 49. ed., rev. São Paulo: Global, 2004.

GALVANI, Giovanna. Trabalho doméstico vale 10 trilhões de dólares não pagos a mulheres anualmente. *Carta Capital*, 20 jan. 2020. Disponível em: [www.cartacapital.com.br/sociedade/trabalho-domestico-vale-10-trilhoes-de-dolares-nao-pagos-a-mulheres-anualmente/?fbclid=IwAR3-NQfEpgFqs4hX3r2eMjOHPqZDCshF8XKIVIfq9S9ov5RKYhaiGAZWkpg](http://www.cartacapital.com.br/sociedade/trabalho-domestico-vale-10-trilhoes-de-dolares-nao-pagos-a-mulheres-anualmente/?fbclid=IwAR3-NQfEpgFqs4hX3r2eMjOHPqZDCshF8XKIVIfq9S9ov5RKYhaiGAZWkpg). Acesso em: 19 mai. 2020.

GARBIN, C. A. S. et al. O. Violência doméstica: análise das lesões em mulheres. *Cadernos Saúde Pública*, Rio de Janeiro, dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006001200007>. Disponível em: [www.scielo.org/pdf/csp/2006.v22n12/2567-2573/pt](http://www.scielo.org/pdf/csp/2006.v22n12/2567-2573/pt). Acesso em 15 mai. 2020.

HAMILTON, Earl J. *El tesoro americano y la revolucion de los precios en españa 1501 -1650*. Tradução de Anel Abad. Barcelona: Crítica, 2000.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo – políticas arrebatadoras*. Tradução Ana Luza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LEVY, Pierre. Internet e desenvolvimento humano. *Cadernos psicopedagógicos*, São Paulo, v. 5, n. 9, 2005. Disponível em: [www.pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-10492005000100008](http://www.pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-10492005000100008). Acesso em: 20 maio 2020.

LENIN, Vladimir. *As três fontes - Karl Marx, Friedrich Engels, cartas a um camarada*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ONU. *Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução*. Abr. 2016. Disponível em: [www.nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/](http://www.nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/). Acesso em 27 maio 2020.

PAI patrão. Direção: Paolo Taviani, Vittorio Taviani. Itália: Versátil Home Vídeo, 1977, 1 DVD (114 min.).

PARADIS, Clarisse Goulart. Neoliberalismo, conservadorismo e os ataques à democracia: um debate coletivo a partir do feminismo. In: ZELIC, Helena; MORENO, Renata (Org.) *Neoliberalismo, trabalho e democracia*. São Paulo: SOF, 2020, p. 17 -22.

PIRES, Juliana Torres. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva, de Silvia Federici. *GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 210-214, jan.-jun. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

TEIXEIRA, Marilane. O trabalho e as mulheres em tempos de neoliberalismo e crise. In. ZELIC, Helena, MORENO, Renata (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e democracia: trilhas feministas*. São Paulo: SOF, 2020, p. 47-60.

Recebido em julho 2021  
Aprovado em dez de 2021.